



A ARTE CINEMATOGRAFICA NA EDUCACAO ESCOLAR QUILOMBOLA: MODOS DE EDUCAR GURUGI E IPIRANGA

THE CINEMATOGRAPHIC ART IN QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION: WAYS TO EDUCATE GURUGI AND IPIRANGA

Jaquicilene Ferreira da Silva Alves¹

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Patrícia Cristina de Aragão²

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar o papel educativo do cinema e suas potencialidades na educação escolar quilombola a partir dos relatos de uma professora dos anos iniciais. Trata-se de um artigo de reflexão, decorrente das problematizações desenvolvidas na dissertação de Mestrado em andamento, em que se apresenta a inclusão da experiência da arte cinematográfica em uma escola localizada nas comunidades de Gurugi e Ipiranga, na cidade do Conde – Paraíba. O aporte teórico foi baseado nos estudos de Candau (2013), Duarte (2002), Fresquet (2015; 2017), Migliorin (2015; 2016) e Morin (2003) e respaldado na Lei 13.006/14, que inclui o cinema na escola. A pesquisa com cinema, nos quilombos mencionados, mostrou ser uma proposta que aborda os valores humanos e os preceitos da Educação para os Direitos Humanos na educação quilombola e apresenta um importante desdobramento das vivências das crianças dentro e fora da escola. Portanto, é outro modo de educar.

Palavras-chave: Arte cinematográfica. Educação quilombola. Direitos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, no espaço escolar, desenvolvem-se atividades educacionais que articulam a realidade social do educando e suas vivências no contexto da sala de aula. O cinema, como arte, propicia um modo de educar que contribui para a produção de conhecimentos relativos à vida na comunidade quilombola. O audiovisual é uma

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: jaquicilene@gmail.com

² Doutora em Educação; professora do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: cristina-aragao21@hotmail.com



linguagem educativa importante nas práticas escolares, porque potencializa o fazer docente. Atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental implica encontrar estratégias para dinamizar as aulas. Em vista disso, tenho tentado utilizar o cinema nas aulas como recurso pedagógico para explicitar conteúdos escolares e como entretenimento, na perspectiva de transformar as aulas em momentos de construção de conhecimentos e de motivar a interação em sala de aula.

Encontrei o cinema como presença constante em minha infância nas imagens e nos movimentos. Ao me transportar para o passado, lembro-me do enquadramento solitário e estático da janela da sala de aula onde estudei, quando criança, e do movimento da janela do ônibus durante a adolescência. Um passado real de significado recém-descoberto, ao exercitar as memórias da infância e utilizar o cinema na prática cotidiana.

Este artigo teve o objetivo de apresentar o papel educativo do cinema e suas potencialidades na educação escolar quilombola, a partir dos relatos de uma professora dos anos iniciais. Para tanto, parti de uma abordagem alçada na perspectiva dos direitos humanos, no sentido de refletir sobre a construção dos valores sociais e locais mediados pelo cinema, para chamar a atenção sobre o modo como esse artefato possibilita educar em sala de aula para valores sociais.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola apontam a importância de estimular a escola a promover práticas educativas de inserção dos quilombos e dos saberes dos povos quilombolas (BRASIL, 2013a). Com base nesse documento, surgiu a ideia de discutir sobre os saberes quilombolas em relação à arte cinematográfica para uma prática em direitos humanos. Tais diretrizes, dentre outros aspectos, abordam as memórias coletivas, as práticas culturais, os acervos, os repertórios orais, os festejos, os usos, as tradições e os demais elementos que conformam o patrimônio cultural quilombola de todo o país e da territorialidade (BRASIL, 2013b), desvelando variadas formas e linguagens para um fazer educativo.

Ao refletir sobre o cinema na escola quilombola e sobre os potenciais educativos que ele pode propiciar tanto na formação humana da criança quanto em sua relação com a comunidade, pontuo a arte cinematográfica como uma atividade coletiva que pode envolver um grupo de pessoas por meio da criatividade e da autonomia, com destaque



para as diversas habilidades individuais. O cinema possibilita um entrelaçamento com a comunidade e transforma a experiência vivida em experiência educativa, o que corrobora o pensamento de Larrossa (2011, p. 1) quando diz que, “[...] ao atribuir certa densidade à experiência, é mostrado que ela tem muitas possibilidades no campo educativo”. Ou seja, a experiência é uma das premissas na relação ensino-aprendizagem.

O cinema, como linguagem de criação, ao ser introduzido na escola, possibilita que, através da ação docente, as crianças, seguindo orientações pedagógicas, poderão produzir filmes e desenvolver atividade cineclubista, buscando instigar a reflexão e o diálogo coletivo a partir do que assistiram. Nesse sentido, é preciso formar a equipe docente para as vivências com essas atividades, investindo em formações expressivas que acrescentem o conhecimento do audiovisual e estimulem a alteridade.

Como não sou adepta da televisão, vivenciar o cinema como lazer e, algumas vezes, estar afastada do cinema de mercado representado pelas salas de cinema dos *shoppings*, hipoteticamente, não me faria acreditar no cinema como expressão artística e educativa. Ao contrário, minha prática pedagógica já contemplava o cinema em outras perspectivas, que foram ampliadas ao perceber o papel educativo do cinema e a possibilidade de inverter a posição de telespectadora para a criação subjetiva advinda da realidade das crianças. Esse foi um estímulo para direcionar minha prática docente como possibilidade de instigar, na escola, o protagonismo infantil, de acordo com a realidade da criança, visando a uma educação em se primem pelos valores para a vida, a partir de uma aprendizagem permeada pela realidade dos educandos e das educandas e a diversidade de representações culturais contempladas por essa prática.

O cinema surgiu no contexto da sala de aula a partir da experiência da *Semente Cinematográfica*³, que lançou uma proposta para implementar uma *Escola Experimental de Cinema*⁴ dentro da escola, alicerçada na formação de professores e no

³Uma iniciativa privada voltada para a criação e o desenvolvimento de práticas educativas inovadoras com o uso do cinema, que é uma ramificação da produtora ‘Pigmento Cinematográfico’ para atuar no setor de educação desenvolvendo as possibilidades educativas do cinema. O grupo de trabalho é formado por profissionais das áreas de Educação, comunicação e artes: cineastas, educadores e pesquisadores.

⁴A Escola Experimental de Cinema-EEC é uma iniciativa do Projeto Semente Cinematográfica, parceiro do Projeto Inventar com a Diferença: Cinema, Educação e Direitos Humanos (Universidade Federal Fluminense – RJ, e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais) e da Escola Municipal de Ensino



atelier de criação cinematográfica em forma de oficinas nas salas de aula e formação de cineclube na escola para as crianças. Aproximei-me da proposta, pois vinha buscando ressignificar minhas atividades docentes com valores, significado e inovação.

No primeiro formato, a *Escola Experimental de Cinema* previa a formação de duas turmas no contraturno, que, devido à inquietação dos docentes da escola, foi repensada para o trabalho no horário regular das turmas. Dessa forma, o remanejamento de horário foi possível porque os mediadores se disponibilizaram a trabalhar com as dez turmas da escola - duas aulas semanais para cada uma delas.

Foi um desafio para a escola receber essa proposta, devido à dificuldade de encontrar um espaço, que precisou ser otimizado por se tratar de uma escola da zona rural e com poucas salas. Assim, uma sala que era mantida como depósito foi desocupada para se transformar em sala de cinema. Um espaço sem cadeiras ou mesas, com equipamentos para projeção, que era feita na parede, além dos recursos de áudio. Os equipamentos eram instalados e desinstalados diariamente, por causa da falta de segurança, e as crianças entravam descalças, sentavam no chão e se organizavam em círculos para as discussões.

O cinema na escola quilombola tem propiciado diferentes transformações no fazer docente, pois, a partir da relação escola-cinema, iremos refletir sobre a implementação da *Escola Experimental de Cinema*, empreendida no biênio 2016/2017, viabilizando uma prática formativa e suas implicações no cotidiano pedagógico na educação escolar quilombola. Na composição deste estudo, a partir do que foi experienciado com as vivências previamente apresentadas, selecionei uma abordagem metodológica que consiste numa revisão de literatura pelo meu relato como professora em formato de artigo de reflexão. Esse diálogo está baseado nas ideias de Candau (2013), Duarte (2002), Fresquet (2015; 2017), Migliorin (2015; 2016) e Morin (2003), e com o respaldo legal das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar (2013), da Lei 10.639/03 e da Lei 13.006/14.

Infantil e Ensino Fundamental Jose Albino Pimentel. Conta, ainda, com a parceria do Tintin Cineclube, Grupo de Pesquisa Jornalismo, Gênero e Educomunicação da UFPB e do Cearte – Centro Estadual de Arte.



Este estudo foi organizado em tópicos para facilitar o entendimento do seu conteúdo. Primeiro, apresento a comunidade onde acontecem as vivências e a escola, os impactos da formação inicial, a Pedagogia do Cinema, a formação do cineclube na escola e a produção no atelier de criação. Os tópicos são intitulados com palavras que nos farão compreender como a arte cinematográfica foi, paulatinamente, permeando o processo educativo numa perspectiva de alteridade. Partindo de minha experiência como docente, e com base na avaliação de minha prática, percebi, na escola, uma perspectiva reprodutivista nas aulas, razão por que utilizei o cinema no cotidiano da sala de aula.

2 TRILHANDO A CENA: CINEMA E SUBJETIVIDADE

As comunidades de Gurugi e Ipiranga fazem parte da zona rural do município de Conde, a uma distância de, aproximadamente, 27 quilômetros de João Pessoa, capital paraibana. São comunidades remanescentes de quilombos que estão no entorno da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Albino Pimentel, única unidade escolar dos anos iniciais da localidade. Essas comunidades foram formadas como território quilombola com a certificação da Fundação Palmares, fruto das lutas dos movimentos sociais quilombolas. Essas marcas estão imbuídas na história dessas comunidades, mesmo não estando presentes nos registros relativos à história da escola em sua relação com as comunidades.

Gurugi e Ipiranga são bastante conhecidas por casa do turismo, da agricultura e da cultura popular. O turismo é representado pelos rios, onde se pode tomar banho, pelas trilhas ecológicas e pela visita ao Museu Quilombola, que é a casa onde viveu Lina Rodrigues, a primeira professora dessas comunidades. A agricultura apresenta uma variedade de hortaliças, raízes, frutas e cultura popular, com a tradição local de entretenimentos como coco de roda, lapinha⁵, capoeira e maculelê⁶. As mulheres se

⁵Encenação teatral com músicas e danças que representam o presépio natalino nessa época festiva do calendário.

⁶Dança de origem afro-brasileira e indígena, que simula uma luta com bastões de madeira.

destacam pelo trabalho em cooperativas formais e informais, confeccionando bijuterias e biojoias⁷, produzindo e vendendo óleo e manteiga de coco, artesanato com barro e, na culinária, com o milho e a macaxeira.

Figura 1 – Museu Quilombola do Ipiranga



Fonte: Arquivo pessoal

As Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola foram oriundas das lutas do movimento negro e contribuíram para minha análise da educação nas comunidades de Gurugi e Ipiranga. Segundo o documento,

trata-se de uma experiência da diáspora africana, ainda pouco conhecida no contexto da sociedade brasileira, de maneira geral, e na educação escolar, em específico. Os quilombos, todavia, não se perderam no passado. Eles se mantêm vivos, na atualidade, por meio da presença ativa das várias comunidades quilombolas existentes nas diferentes regiões do país. O direito a uma educação escolar que respeite e reconheça sua história, memória, tecnologias, territórios e conhecimentos tem sido uma das reivindicações históricas dessas comunidades e das organizações do movimento quilombola (Brasil, 2013, p. 429).

A comunidade quilombola comporta diversas linguagens subjetivas, como em Gurugi e em Ipiranga. Como ponto de inserção entre as duas comunidades, está a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Albino Pimentel – a única que atende às crianças dessas comunidades, nos anos iniciais, e que abraçou a arte cinematográfica como um processo de socialização, numa proporção que “[...] constitui uma prática

⁷Biojoias são acessórios artesanais produzidos com matérias-primas vindas da natureza, como sementes, fibras, escamas de peixe, ossos, entre outros.



social importante que atua na formação geral dessas pessoas e contribui pra distingui-las socialmente” (Duarte, 2002, p.14).

A referida escola atende, aproximadamente, a 250 crianças, nos horários da manhã e da tarde. O espaço é limitado, e a equipe escolar busca uma redefinição ainda embrionária do fazer pedagógico e deseja, com muita cautela, consolidar os valores para uma educação escolar quilombola. Esse movimento se justifica porque a escola está na comunidade, mas a comunidade não está presente na escola no que diz respeito aos seus valores culturais.

3 PRIMEIRO CORTE: CINEMA E FORMAÇÃO DOCENTE

A proposta de formação docente foi o primeiro passo para a implementação da *Escola Experimental de Cinema*. Foi necessário organizar o calendário letivo para o tempo preciso exigido para a formação e disposição e disponibilidade para participar de forma consistente, como previa a proposta. Esse curso foi ministrado, principalmente, para a equipe da EMEIF José Albino Pimentel, porém muitas pessoas, de diversas áreas afins, como cinema, educação e direitos humanos, participaram, que possibilitou trocas valorosas durante e o curso e depois.

Estava motivada para vivenciar o momento e notei que o audiovisual pelo cinema traria outras formas de vivenciar minhas práticas pedagógicas com as crianças, mas, agora, com um formato crítico e criativo, o que converge com a ideia de Migliorin (2015) quando afirma:

[...] fundamentalmente, o cinema se apresenta como uma experiência com o mundo, com o outro, com o conhecimento, através de imagens e narrativas. Receber um conteúdo com o cinema é inseparável de uma experimentação pessoal e coletiva desse conteúdo. Não por outro motivo, sempre foi fundamental para nós que a produção de imagens e sons estivesse na escola, e não somente a exibição de filmes. Com a produção de imagens, o aprendizado passava necessariamente por uma relação criativa e crítica por parte dos alunos (Migliorin, 2015, p. 10).

Reafirmando esse pensamento, a descoberta do cinema pela produção de imagens, e não, apenas, por exibição me inquietou bastante. Primeiramente, por desestabilizar minha centralidade de professora e, depois, por lançar uma possibilidade



de criar para as crianças empregando uma metodologia que conduza ao aprender fazendo. O Curso de Iniciação à Pedagogia do Cinema e as formações que foram acontecendo, durante o biênio 2016/2017, tiveram a carga horária total de 40 horas.

Entre tantos aprendizados, percebi que não eram fundamentais equipamentos de última geração ou recursos profissionais para trabalhar com a produção fílmica na escola. Durante o curso, fomos fazendo atividades que poderiam se adequar a qualquer idade e que afetariam as crianças da mesma forma como fui afetada. Essas atividades tinham um potencial suficiente para instigar habilidades que poderiam transcender a leitura casual de imagens e promover a colaboratividade pelo fazer coletivo e, ao mesmo tempo, o respeito às diversidades pelo fazer pessoal.

Ao vivenciar previamente como as oficinas seriam realizadas na escola, percebi que o docente teria a liberdade de assumir uma postura de agente sociocultural e político, corresponsável por uma educação de pessoas para conquistarem seus direitos. Candau (2013, p.39) assevera que

uma das características da Educação em Direitos Humanos é sua orientação para a transformação social e a formação de sujeitos de direitos e, nesse sentido, pode ser considerada na perspectiva de uma educação libertadora, e, como já fizemos referência, para o empoderamento dos sujeitos e grupos sociais desfavorecidos, promovendo uma cidadania ativa capaz de reconhecer e reivindicar direitos e construir democracia.

Esse é um modo de educar que estimula a criança a refletir sobre seu lugar social e de direito como quilombola, um desafio numa sociedade que ainda é preconceituosa. A educação escolar quilombola precisa ser diferenciada não apenas pelo reconhecimento cultural, mas também por precisar formar para a cidadania, a autoafirmação e as lutas pelos direitos históricos negados. O cinema é uma das linguagens que tem a potencialidade de transformar os fazeres e os saberes no espaço escolar.

Figura 2 – Formação - Iniciação à Pedagogia do Cinema



Fonte: <http://www.sementecinematografica.com.br/>

Na formação inicial, recebemos um livro chamado *Cadernos do Inventar*⁸, com orientações sobre como trabalhar, na prática, a educação, o cinema e os direitos humanos e, junto com o livro, um diário de bordo para registrar o que era relevante naquela prática. Esse foi um incentivo para aguçar uma escrita reflexiva, que conduz a uma releitura da prática cotidiana.

Explicitar o estreitamento entre a arte cinematográfica e o currículo escolar pode parecer um desafio, quando a referência é o engessamento dos conteúdos escolares. O currículo proposto precede o currículo praticado, e entre esses dois momentos, encontramos o planejamento, a intencionalidade e todo o suporte referenciado na Lei 13.006/14, que “[...] acrescenta o § 8o ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica”. Nesse contexto, trabalhar o cinema numa perspectiva educacional em direitos humanos não foge ao currículo, apenas viabiliza outras formas de educar.

Entender que não há um único formato, que as formações iniciais ou as continuadas não trazem uma receita pronta e que, “[...] ao mesmo tempo, o retalhamento das disciplinas torna impossível apreender ‘o que é tecido junto’, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo” (MORIN, 2013, p. 10), ilustra a relação entre cinema e educação. Desvelar a complexidade como desfragmentação dos saberes, que devem ser ligados sem separar conteúdo ou disciplina, não significa que estamos nos opondo ao currículo, mas entendendo que, nesse contexto, é possível um caminho para

⁸Trata-se de um guia com atividades práticas, em formato de oficinas, que abre possibilidades para construir outras atividades sobre cinema, educação e Direitos Humanos.



ligar os seres e os saberes num processo espiral de ordem e desordem para organizar o pensamento.

4 COMPREENDENDO O PLANO: CRIANÇA E CINECLUBE

A formação do cineclube passou, primeiro, pela fase de desconstrução do pensamento de que seriam exibidos quaisquer filmes que tomassem o tempo e prendessem a atenção das crianças ou que servissem apenas para a recreação. Em contraposição, Fresquet (2015, p. 52) afirma que “[...] o cineclube é um espaço de exibição de filmes fora do circuito comercial com reflexão e debate após a exibição”. De forma bem específica, o processo de rejeição à novidade é bem maior com as crianças menores, porque, ingenuamente, relacionam o cinema com desenhos repetidos a uma forma de premiação pelo silêncio. Sobre a subutilização do cinema, Duarte (2002) afirma:

Por incrível que pareça, os meios educacionais ainda veem o audiovisual como mero complemento de atividades verdadeiramente educativas, como a leitura de textos, por exemplo, ou seja, como um recurso adicional e secundário em relação ao processo educacional propriamente dito (DUARTE, 2002, p. 20).

Desestabilizar essa prática do cinema para complementar ou para ganhar tempo contribuiu para que o cineclube tivesse um espaço para outra construção: a democratização do cinema por meio do cineclube. As exibições acompanhavam conversas direcionadas ao final dos encontros. O acesso planejado e formativo motivava a vivência das crianças e remetia as suas próprias experiências, sem diminuir o desafio de conquistar a atenção das crianças que estavam acostumadas com a superficialidade do cinema e passaram alguns encontros inquietas e desconcentradas até se adaptarem à atividade cineclubista.

A concentração, a atenção e a audição durante o cineclube bem como o crescimento gradativo da qualidade dos debates deixavam claro que a concepção da arte cinematográfica pelo olhar atribuía comunicação e sentido à subjetividade do cinema, quanto aos valores e aos sentimentos da escola, da comunidade, dos colegas e de si

mesmo. Isso justifica a importância de se identificar com o que era visto de acordo com sua realidade.

Figura 3 – Cineclube na escola



Fonte: <http://www.sementecinematografica.com.br/>

A articulação dos mediadores da *Semente Cinematográfica* possibilitou que as crianças da escola tivessem a oportunidade de conhecer o espaço do cinema convencional. Na sala de cinema, sentiram as poltronas, encantaram-se com a grande tela, assustaram-se com o volume do áudio e assistiram a um filme nacional, reafirmando a amplitude que a arte cinematográfica representa como prática educativa e linguagem interacional. Como professora, vivenciei o entrelaçamento entre a visita ao cinema, o filme nacional – como rege a Lei nº. 13.006/14 - e o aproveitamento nos demais campos da aprendizagem.

No contexto de desenvolvimento da implantação da *Escola Experimental de Cinema*, o cineclube se transformou em uma atividade muito querida pelas crianças de toda a escola, razão por que elas passaram também a assistir aos filmes que produziam e se sentiam corresponsáveis numa proporção emancipatória. O cineclube começou a ser reconhecido como atividade pedagógica propositiva e que precisa de manutenção profissional e de estímulo quanto à divulgação da atividade e do seu produto. Fresquet (2015) sinaliza alguns apontamentos para efetivar a arte cinematográfica no cotidiano escolar:

Esse tipo de questão, entre outras, impõe a urgência de se pensar e atuar na formação cinematográfica dos profissionais da escola, seja por meio da incorporação de disciplinas de cinema nos currículos da graduação e em outros níveis de capacitação, seja mediante minicursos, oficinas, criação de cineclubes nos centros de formação, seja por meio da realização de sessões de cinema comentado entre esses profissionais. Seria também muito bem-vinda à formação

estética dos professores sua participação em mostras, festivais e ciclos de cinema e/ou em outras tantas atividades com cinema, que desenvolvam suas condições para trabalharem com cinema, que afinem a sensibilidade e ampliem o repertório cinematográfico. (FRESQUET, 2015, p. 45).

A aprendizagem passa pelo cineclube quando a arte cinematográfica pode ser debatida e comparada, trilhando pontes com os elementos de cultura local com outras culturas e suas manifestações diversas. É uma atividade que requer organização prévia, acervo, seleção, estrutura e equipamento mínimo para ser realizada. Reitero que, como não se trata de algo aleatório, o cineclube deveria ganhar visibilidade para atender às crianças que fazem parte de um mundo em que os processos comunicativos acontecem frequentemente pelo audiovisual.

5 CRIAR COM A ARTE CINEMATOGRAFICA: LUZ, CÂMERA, AÇÃO

Os ateliês de criação que aconteceram na escola são reflexos de uma ação pedagógica que nasceu por se ter acreditado que a Pedagogia do Cinema tinha o potencial educativo para alcançar objetivos educacionais. Esse movimento se estende, atualmente, à proposta de dissertação de Mestrado, traduzida da escrita acadêmica para o cotidiano escolar. Essa afirmativa desvela a realidade de que não são todos os docentes que se sensibilizam com a arte cinematográfica e que essa não é a única forma de inovar e de transformar o espaço escolar.

Na busca por uma prática, na escola, em que o cinema se apresenta como uma importante linguagem educativa e de aprendizagem, o atelier de criação adentra a sala de aula em formato de oficina, vislumbrando a estética do cinema de criação para crianças que passam a produzir imagens. Eu lecionava na turma do 5º Ano A, no biênio contemplado com a implementação da *Escola Experimental de Cinema*, a qual tinha muita dificuldade de atenção, comportamento e aprendizagem. Embora tivesse participado da formação, não me sentia segura o suficiente para mediar os ateliers de criação sozinha, por esse motivo, já estava previsto, desde a apresentação do projeto,



que os mediadores da *Semente Cinematográfica*, Ana Bárbara⁹ e Felipe¹⁰, estariam conosco para explicar como as atividades seriam desenvolvidas.

As crianças se empolgaram porque estavam participando, criando e produzindo algo que revelava seus protagonismos. As intervenções aconteciam em duas aulas, semanalmente, e eram aguardadas com muita ansiedade. A princípio, eu me preocupava em mediar os conflitos que surgiam buscando estabilidade. Aos poucos, fui percebendo que precisava fazer o movimento inverso, permitindo que as crianças, por meio do diálogo, pudessem se entender, o que causava muito barulho. A esse processo, Migliorin (2015) chama de Mafuá:

[...] O mafuá é ordem e desordem, para quem está dentro, e pura bagunça, para quem está fora. Para quem está fora, bastaria impor sua vontade, exercer a autoridade e organizar a “brincadeira”, a partir de formas de premiação, provas universais ou palavras de ordem. Para quem está dentro, sejam eles professores, saberes, sonoridades, histórias, alunos, o mafuá terá que encontrar ordens que dependem de suas ações e montagens, de narrativas e poéticas (Migliorin, 2015, p. 196).

A presença dos mediadores era um suporte para que pudesse iniciar as intervenções com segurança, até conseguir mediar as atividades durante os ateliers sem a presença deles, de acordo com o que havia aprendido no curso de formação inicial. Foram 16 encontros e, com avanços sucessivos, passei a participar com mais intensidade.

Os recursos eram limitados, a escola não disponibilizava equipamentos suficientes, e os poucos que tinham não eram usados pelas crianças. Essa última concepção precisou ser repensada para que as atividades com o cinema fossem iniciadas. Para o uso coletivo, disponibilizávamos nossos celulares, a câmera e a filmadora da escola, além dos equipamentos pessoais dos mediadores. Simplificando, na primeira parte do encontro, assistíamos a pequenos filmes como um modelo do que se pretendia realizar. Na segunda parte, a turma era subdividida em grupos, que se

⁹ ANA BÁRBARA RAMOS, formada em Comunicação Social pela UFPB e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras na UFPB com o estudo na área de literatura e cinema; documentarista e produtora.

¹⁰ FELIPE LEAL BARQUETE, cineasta graduado em Imagem e Som pela UFSCar e mestre em Educação pela UFPB. Trabalha com cinema na formação de coletivos de criação para a realização de filmes - curtas e longas metragens - e atua nas áreas de direção, produção e montagem.



espalhavam para fazer os dispositivos, que, segundo Migliorin (2016a, p. 10), “[...] são exercícios, jogos, desafios com o cinema, um conjunto de regras para que o estudante possa lidar com aspectos básicos do cinema e, ao mesmo tempo, se colocar, inventar com ele, descobrir sua escola, seu quarteirão, contar suas histórias.”

Os dispositivos de criação aconteciam, inicialmente, nos espaços da escola. Era comum encontrar grupos de crianças transitando pela pequena escola e realizando filmagens. Com o passar do tempo, a escola passou a ser um espaço pequeno, as comunidades de Gurugi e Ipiranga passaram a ser exploradas, e o território, com todo o seu significado, foi sendo ocupado pelas lentes e pelas escolhas das crianças pelas aproximações e na busca por sua composição identitária nas filmagens que contemplavam suas vivências dentro da comunidade.

Fresquet (2017) apresenta a função social da escola na arte cinematográfica pelas imagens e sua motivação que, na realidade, é intrínseca às suas ideias e sua aceitação. Apresenta um pensamento sobre o que é observado não apenas pela inteligência, mas para além dela. Com a afirmativa a seguir, a autora justifica o entusiasmo das crianças ao produzirem seus filmes e o orgulho ao assistirem:

A escola, assim, é pensada como um espaço/tempo acelerador desse processo; é desafiada a se reinventar nos modos de organizar encontros entre aprendentes/ensinantes e o conhecimento. No caso do cinema presente na educação, também há uma igualdade que se estabelece a priori, facilitada ainda pela natureza das imagens. Com isto, não estou me referindo a sua inteligibilidade, mas ao que é possível perceber e aprender com as imagens do cinema, para além do entendimento (FRESQUET, 2017, p. 22).

De fato, a escola se reinventa - ou deveria se reinventar - em seus processos cotidianos para proporcionar uma prática pedagógica libertadora, pois educar para a formação crítica requer dela um espaço de reflexão. E, particularmente, quando se trata de uma escola inserida em um território quilombola, essa prática deveria ser uma constante, reverenciada pela Lei nº. 10.639/03, que “[...] altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-brasileira’ e dá outras providências” (BRASIL, 2003). No que tange à tamanha particularidade, a escola sente medo e/ou, muitas vezes, é suprimida num

modelo padrão pelas demandas burocráticas e termina por não enfatizar o que, juntamente com a arte cinematográfica, poderia se transformar em uma grande oportunidade de se afirmar culturalmente.

Os diálogos com as crianças conduziram à seleção de temas para delimitar como as filmagens seriam realizadas. A turma do 5º Ano A escolheu narrar as vivências cotidianas de dois meninos e sua relação direta com a agricultura. Depois de decidir o tema que seria abordado, as crianças se organizaram para fazer os roteiros de gravação e selecionar os locais e as pessoas envolvidas no enredo, na câmera e outras particularidades. Minhas intervenções se limitavam a mediar as discussões da turma. Passamos a distribuir nosso tempo também nas gravações nas casas das crianças e com seus familiares.

Figura 4 – Gravações na comunidade



Fonte: Arquivo pessoal

Em minha prática com o cinema na educação quilombola, percebia que as crianças tinham iniciativa para resolver pequenos problemas e superar obstáculos, vivenciando e experienciando o cinema na comunidade. Isso contribuiu para o trabalho coletivo entre o professor e os alunos. Assim, compreendi que poderia trabalhar a arte cinematográfica nas mais diversas formas, dentro e fora da sala de aula. Assim, passei a usar fotos nossas nas atividades e nas avaliações. A turma passou a escrever melhor, e o exercício da escrita era uma forma de ampliar o vocabulário.

Essas foram algumas alternativas criadas como forma de expandir o ateliê da semana, e as oficinas práticas consistiam no que as crianças tinham a satisfação de fazer. O filme da nossa turma foi concluído e recebeu o título de *Os meninos do*



*Gurugi*¹¹. O produto das escolhas das crianças, que espelhavam suas alegrias, fez com que superassem as dificuldades.

Esse filme, exibido em um momento ímpar, foi o ápice da criação coletiva da primeira mostra de filmes das Comunidades de Gurugi e Ipiranga. As crianças produziram na escola vídeos sobre a comunidade, dos quais participaram seus moradores, por meio da *Semente Cinematográfica*, com o objetivo de apreciar, mas sem o intuito de conseguir premiação.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O mais importante não foi o brilho da amostra, mas o ponto de partida que, com o término da implementação, deveria ter sido o começo para que a escola caminhasse junto com a Pedagogia do Cinema, já que a equipe escolar tem condições de consolidar essa prática que, particularmente, percebo já ter sido consolidada pelas crianças.

A rigidez e a burocratização do sistema educativo não incentivam as práticas inovadoras, e só estando dentro da escola é que se pode entender que se devem respeitar as particularidades e as necessidades do ensino na escola pública, no sentido de perceber as fragilidades que ainda existem no sistema educativo vigente.

A arte cinematográfica é uma escolha muito particular de cada docente. E apesar de a maioria das turmas ter participado de todo o processo, as atividades com o cinema na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Albino Pimentel passam por um processo de reinvenção, e seu Projeto Político-pedagógico está sendo revisitado para se reconhecer a gama de práticas que se sustentam devido à relevância de reconhecer um território imensamente representativo.

Como o cinema é uma arte cuja produção não comporta comparações, mas experiências menos técnicas e mais criativas, o docente é um elo essencial para a perpetuação dessa prática. Migliorin (2015, p 23) afirma que “[...] o protagonismo aqui se refere, antes de tudo, à possibilidade do mundo do professor ser parte fundamental do que se faz na escola e das conexões que o cinema terá com os estudantes”. Essa assertiva revigora o fato de que o protagonismo e a alteridade que são esperados pelos

¹¹Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dRjUOyLo2oU>



educandos e pelas educandas são alicerçados e constantemente efervescidos pelo docente.

A responsabilidade enraizada no profissional docente o torna corresponsável por ensinar e aprender a reconhecer e a valorizar saberes e conhecimentos culturais. De acordo com Candau (2013, p. 37), “[...] um dos pressupostos da Educação em Direitos Humanos é o reconhecimento do outro como sujeito de direito e ator social”. A arte cinematográfica em interface aos direitos humanos tem a potencialidade de contribuir para se formar uma escola cidadã, com valores éticos e estéticos que implicam uma sociedade mais igualitária na educação escolar quilombola para quem apenas a observa, para quem só a vivencia e para quem faz parte dela.

ABSTRACT

At present time, it is sought in the school space to develop educational activities that can articulate the social reality of the student and his experiences in the classroom context. The Cinema, as an art, allows to educate by collaborating and contributing to the production of knowledge related to life in the Quilombola community. This article aims to present the educational role of cinema and its potential in quilombola school education from the reports of teachers in the early years. This is a reflection article, from which, the problematizations were developed in the ongoing Master's Thesis by presenting the experience of the cinematographic art in a school located in the communities of Gurugi and Ipiranga, in the city of Conde – Paraíba. The theoretical contribution was based on the studies of Candau (2013), Duarte (2002), Fresquet (2015) and (2017), Migliorin (2015) and (2016) and Morin (2003) besides the legal support in the Law 13.006/14, which includes the cinema in the school. The research involving cinema in the mentioned quilombos, showed to be a proposal that develops human values and the precepts of Human Rights Education in quilombolas schooling, presenting an important unfolding of children's experiences in and out of school, being therefore, another way of educating.

Keywords: Cinematographic art. Quilombola education. Human rights.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 10.639/03* de 9 de janeiro de 2003. DOU, Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Brasília: MEC, 2013.



_____. *Lei 13.006/14* de 26 de junho de 2014. DOU, Brasília, 2014.

CANDAU, Vera Maria. *Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as)*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

DUARTE, Rosália. *Cinema e educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FRESQUET, Adriana (Org.). *Cinema e educação: a Lei 13.006 – reflexões, perspectivas e propostas*. Minas Gerais: Universo Produção, 2015.

_____. *Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola*: Belo Horizonte, Autêntica, 2017.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. *Reflexão e ação*, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 4-27, dez., 2011.

MIGLIORIN, Cezar. *Inevitavelmente cinema: educação, política e mafuá*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2015.

_____. *Cadernos do Inventar: cinema, educação e direitos humanos*. Niterói: EDG, 2016.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.